

LEI Nº 4.673, DE 21 DE JULHO DE 2016

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA
INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA CAPTAÇÃO
E REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS DA CHUVA E
FONTES ALTERNATIVAS NAS NOVAS
EDIFICAÇÕES DE PRÉDIOS PÚBLICOS, BEM COMO
ADEQUAÇÃO AOS JÁ EXISTENTES, COM A
UTILIZAÇÃO DE TELHADOS AMBIENTALMENTE
CORRETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS** faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu, no uso das minhas atribuições legais, **PROMULGO** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas, inclusive as locadas ao poder público no Município de Parauapebas, que tem como objetivo instituir medidas que induzam à conservação, uso e utilização de fontes alternativas para captação de água da conservação da água.

Art. 2º Para os efeitos desta lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

I – Conservação e Uso Racional da Água – conjunto de ações que propiciam a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações e prédios públicos e locados;

II – Desperdício Quantitativo de Água – volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;

III – Utilização de Fontes Alternativas – conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água, inclusive das chuvas, que não o Sistema Público de Abastecimento.

Art. 3º As disposições desta lei serão observadas na elaboração e aprovação dos projetos de construção de novas edificações públicas, bem como dos prédios locados pelo município.

Art. 4º Os sistemas hidráulico-sanitários das novas edificações, serão projetados visando o conforto e segurança dos usuários, bem como a sustentabilidade dos recursos hídricos.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Art. 5º Nas ações de Conservação, Uso Racional e de Conservação da Água nas Edificações, serão utilizados aparelhos e dispositivos economizadores de água, tais como:

- a) bacias sanitárias de volume reduzido de descarga;
- b) chuveiros e lavatórios com volumes fixos de descarga;
- c) torneiras dotadas de arejadores.

Parágrafo único. Nas novas edificações, além dos dispositivos previstos nas alíneas 'a', 'b' e 'c' deste artigo, serão também instalados hidrômetros para medição e acompanhamento do volume de água gasto na unidade.

Art. 6º As ações de Utilização de Fontes Alternativas compreendem:

- I – a captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas e;
- II – a captação e armazenamento e utilização de águas servidas.

Parágrafo único. O dispositivo referido no 'caput' deste artigo será constituído por coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva captada, que contará com canalização própria.

Art. 7º A água das chuvas será captada na cobertura das edificações e encaminhada a uma cisterna ou tanque, para ser utilizada em atividades que não requeiram o uso de água tratada, proveniente da Rede Pública de Abastecimento, tais como:

- a) rega de jardins e hortas;
- b) lavagem de sanitários, garagens, vidros, calçadas, pisos, varandas e terraços.

Art. 8º As Águas Servidas serão direcionadas através de encanamento próprio, ao reservatório destinado e, apenas após o aproveitamento, será descarregada na rede pública de esgotos.

Art. 9º O combate ao Desperdício Quantitativo de Água, compreende ações voltadas à conscientização da população através de campanhas educativas e deverá ser tema nas aulas ministradas nas escolas integrantes da Rede Pública do Município com palestras, entre outras, versando sobre o uso abusivo da água, métodos de conservação e uso racional da mesma.

Art. 10 O não cumprimento das disposições da presente lei implica na negativa de concessão de alvará de construção, para as novas edificações.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo os requisitos necessários à elaboração e aprovação dos projetos de construção, instalação e dimensionamento dos aparelhos e dispositivos destinados à conservação e uso racional da água, em 180 dias.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas/PA, 21 de julho de 2016.


IVANALDO BRAZ SILVA SIMPLÍCIO
Presidente